



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

variahis@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais

Brasil

Lopes de Araujo, Valdei

Para além da autoconsciência moderna. A historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht

Varia Historia, vol. 22, núm. 36, julio-diciembre, 2006, pp. 314-328

Universidade Federal de Minas Gerais

Belo Horizonte, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384434818005>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Para além da auto-consciência moderna* a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht

Beyond modern self-consciousness: the historiography of Hans Ulrich Gumbrecht

VALDEI LOPES DE ARAUJO

Professor Adjunto. UFOP. Dep. de História
Rua do Seminário, s/nº, Centro, Mariana/MG, CEP 35420-000
valdeiaraudo@ichs.ufop.br

RESUMO Neste artigo, apresento uma análise dos aspectos historiográficos da obra de Hans Ulrich Gumbrecht. Acompanhado o desenvolvimento de sua teoria da modernidade e das consequências dessa teoria para a escrita da história e para a auto-consciência disciplinar. Por fim, proponho uma releitura da história da historiografia através dos dois tipos de culturas propostas por Gumbrecht, ou seja, culturas de sentido e culturas de presença. Argumento que mesmo que a historiografia moderna possa ser caracterizada como predominantemente ancorada na produção de sentido, aspectos centrais de sua história só podem ser explicados através de elementos típicos da produção de presença.

Palavras-chave modernidade, Historiografia, pós-modernidade, Gumbrecht

ABSTRACT This paper analyses some historiographical aspects of Hans Ulrich Gumbrecht's work, particularly his theory of modernity and its conse-

* Artigo recebido em 10/08/2005. Autor convidado.

quences to the writing of history and its disciplinary self-conscious. Finally, it is proposed a reinterpretation of the history of historiography based on the distinction between cultures of presence and cultures of meaning. It is argued that despite the fact that the elements of meaning are predominant in the constitution of modern historiography, the forces acting in its constitution cannot be explained without typical elements of a culture of presence.

Key words modernity, Historiography, post-modernity, Gumbrecht

Introdução

O objetivo desse artigo é pensar as possibilidades para a compreensão da história da historiografia a partir das reflexões teóricas e da obra historiográfica de Hans Ulrich Gumbrecht. Trata-se de revisar as narrativas canônicas da história da historiografia a partir de uma releitura da própria modernidade. Após três décadas de críticas ao projeto moderno e ao modelo historiográfico por ele engendrado, já é possível pensar as novas formas historiográficas disponíveis, bem como os limites de sua aplicação.

Ainda pouco conhecida entre os historiadores brasileiros, a obra de Gumbrecht tem tido no Brasil uma recepção restrita aos estudos literários, em especial entre seus teóricos e historiadores.¹ Professor de literatura comparada na Universidade de Stanford, Gumbrecht desenvolve uma obra marcada pela ambição de pensar o campo das humanidades em sua totalidade, nesse espaço, a reflexão e a prática historiográfica têm ocupado um lugar de destaque.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira procuro expor a teoria da modernidade formulada por Gumbrecht e que funciona como o pano de fundo para sua prática historiográfica. Na segunda parte analiso seu ensaio de uma historiografia capaz de romper com as armadilhas do projeto moderno, em especial seu livro “Em 1926: vivendo no limite do tempo”. Na terceira parte, proponho um esboço de releitura da história da historiografia a partir do modelo teórico exposto por Gumbrecht em seu último livro, “Production of presence”.

1. A formação do cronotopo “tempo histórico”

A pergunta que move a reflexão de Gumbrecht sobre a história diverge com o que tem dominado o debate das últimas décadas. No lugar de

1 A tentativa de analisar a emergência da “consciência história” no caso brasileiro e suas relações com a constituição do estado nacional foi o projeto de minha tese de doutorado, que muito deve as reflexões de Gumbrecht sobre as formas de historicização, ver ARAUJO, Valdei Lopes de. *A Experiência do Tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil, passim*.

questionar a natureza e validade do conhecimento histórico produzido, de associar a prática do historiador aquela do literato, Gumbrecht pergunta o que pode ser feito com o nosso crescente conhecimento sobre o passado. Qualquer um que lecione e tenha se colocado a pergunta “para que serve a história” sabe da dificuldade crescente de encontrar argumentos que retirem os alunos da total indiferença.

Dentre os caminhos possíveis para entender a resposta que Gumbrecht oferece, talvez seja mais fácil para mim começar por sua compreensão do *cronotopo* “tempo histórico”. A modernidade, diz Gumbrecht, pode ser entendida como a consciência da crescente dificuldade de se aprender com a história e, ao mesmo tempo, o momento no qual foi formulado o projeto mais ambicioso para realizar esse desejo. A compreensão do passado como um território fundamentalmente distinto e distante do presente anulou a efetividade da fórmula clássica *historia magistra vitae*. Ao mesmo tempo, a visão da unidade processual dos eventos criou o campo de experiência sobre o qual se constituiu as filosofias da história e suas promessas de revelar o sentido do movimento histórico.

Já no final da década de 1970, no verbete “Moderno”, escrito para o dicionário de conceitos históricos fundamentais, Gumbrecht aproximou-se do tema que será central em sua reflexão: qual a natureza do tempo moderno.² Acompanhando a evolução do conceito desde a Idade Média, Gumbrecht identifica três significados básicos progressivamente desenvolvidos na história ocidental até o século XX: a) moderno como caracterização do tempo presente, b) como algo novo sem precedentes no passado e, por fim, c) como um momento de transição para um futuro que apenas começa.

As condições teóricas para o entendimento do moderno como transição já estariam dadas no interior da “Querela entre antigos e modernos” que ocupou os intelectuais franceses entre o final do século XVII e a primeira metade do XVIII. Modernos como Charles Perrault procuravam afirmar a superioridade do presente, contrapondo à concepção cíclica do Renascimento uma idéia de progresso que buscava sua metáfora central nas fases de desenvolvimento da vida humana. A Antiguidade foi a juventude do homem, o tempo presente sua maturidade. A tentativa de desvalorizar a arte e as ciências antigas empreendida pelos “modernos” levou ao argumento de que cada época deve ser julgada com seus próprio critérios, produzindo uma relatividade de valores que será resumida na frase de La Bruyère: os modernos de hoje serão os antigos dos séculos vindouros. Esse entendimento caracteriza o presente como um momento em contínua transição.

2 GUMBRECHT, Hans Ulrich. “A history of the concept “modern”. In _____. *Making sense in life and literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992, pp. 79-110. Originalmente publicado em Otto Bunner, Werner Conze, Reinhart Koselleck (eds.) *Geschichtliche Grundbegriffe*: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland, vol. 4. Stuttgart: Klett-Cotta, 1978, 93-131.

Apesar dessa formulação precoce, a consciência do presente como um momento de constante mudança só seria incorporado ao vocabulário corrente ao longo do século XIX. As consequências para as ciências da cultura da afirmação de Perrault sobre a relatividade dos valores estéticos só seria pensado de modo sistemático pela geração dos autores alemães de fins do século XVIII, culminado no projeto romântico de encontrar suas origens na Idade Média. Consolida-se a compreensão do moderno como um conceito caracterizador de uma nova época, sem contudo afirmar seu caráter transitório. É apenas com a geração que entra na cena pública na revoluções pós-1830 que a concepção de aceleração do tempo histórico e da transitoriedade do presente se afirmaria nos usos sistemáticos da linguagem.

A compreensão do presente como o início de um novo tempo leva ao imperativo da constante transformação. A história, convertida em um singular-coletivo, é experimentada como um processo em aceleração que arrasta os homens em seu impulso para adiante. Essa experiência teria seu lado angustiante perfeitamente caracterizado por Walter Benjamin na análise do quadro *angelus novos*, de Paul Klee.

As artes e os comportamentos não devem representar apenas seu presente, mas antecipar um futuro: "The present, then, is the moment of selection out the possibilities available for shaping the future, and it must maintain itself as the past of this future".³ O moderno passa a ser entendido, ao longo do século XX, como um tipo de civilização cuja relação com a tradição é marcada pelo constante desafio, mesmo que isso signifique romper a cada momento com os projetos de futuro do passado. Dessa forma, torna-se cada vez mais problemática a constituição de relatos lineares e progressivos nos mais diferentes campos da cultura. Apenas as ciências naturais resistiriam as ondas sucessivas de historicização, entretanto, no final da década de 1970, a certeza do progresso tecnológico já não poderia garantir qualquer utopia social ou política.

No verbete, escrito em 1978, Gumbrecht já apontava para os sintomas do esgotamento do projeto moderno. Nesses anos ganhava maior difusão os problemas ambientais advindos do modelo industrial e dos projetos modernizadores do então chamado terceiro mundo, além daquilo que na época era sentido como uma difusa onda de nostalgia, cujo impulso ainda parecia contido: "Therefore, the 'nostalgia' mode does not go against the grain of the present temporal consciousness but finds its contingency in it".⁴

Aqui já encontramos a caracterização da modernidade, em sua formulação extrema, como velocidade, o que impõe o contínuo processo de interpretar o presente e antecipar o futuro. A exigência de ser moderno

³ Idem, p. 106.

⁴ Idem, p. 109.

implica não apenas a constante atualização, que pode encontrar na experiência do domínio tecnológico algum tipo de paliativo, mas também a exigência de estar constantemente efetivando as novas possibilidades de ação. Ao longo da história moderna, a historiografia conseguiu sustentar suas funções pedagógicas, se não mais como mestra da vida, ao menos como guia para a ação e constituição de projetos de transformação social orientados por uma antecipação do futuro.

No ensaio *Cascatas de Modernização*, Gumbrecht continua sua história da modernidade, agora entendida como ondas sucessivas desde o final da Idade Média. As preocupações com o diagnóstico do tempo presente, apenas marginais no verbete de 1978, aqui assumem o lugar central. Trata-se de saber se o fim das “cascatas de modernização [...]” seria o fim de uma cultura baseada na inconteste centralidade do *médium* linguagem e na representação como sua função inevitável⁵.

A primeira cascata de modernidade tem início com a descoberta do Novo Mundo e a invenção da imprensa, metonímia de um processo geral de crise da autoridade do escrito e da desmaterialização da cultura, ou seja, o afastamento do corpo e suas marcas do processo de produção de sentido. Nesse momento surge o tipo de subjetividade ocidental, marcada pela oposição sujeito (puro espírito) e objeto (pura materialidade). O sujeito assume a função de um observador de primeira ordem, responsável pela produção de conhecimento sobre um mundo de objetos que inclui o seu próprio corpo. Essa produção de conhecimento assume a forma de leitura ou interpretação da realidade em busca de seus sentidos profundos. Claro está que Descartes é o grande sistematizador dessa visão de mundo, que Gumbrecht sintetiza na expressão “campo hermenêutico”: “[...] os significantes da superfície material do mundo nunca são suficientes para expressar toda a verdade presente na sua profundidade espiritual, e, portanto, [se] estabelece uma constante demanda de interpretação como um ato que compensa as deficiências da expressão”.⁶

A segunda onda corresponde ao período entre 1780 e 1830, já identificado no ensaio anterior como o momento de tomada de consciência da modernidade enquanto um conceito de época, caracterizado aqui como “modernidade epistemológica”. A novidade é o surgimento do que chama “observador de segunda ordem”, ou seja, a validade do conhecimento produzido precisa ser testada em suas condições de produção, o sujeito de conhecimento torna-se ele mesmo objeto. Esse relato corresponde aquilo que Foucault chamou de crise da representação, i.e., a tomada de consciência de que a representação de um determinado objeto ou fenômeno depende da posição ocupada pelo observador. É possível então produzir

5 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998, P.27.

6 Idem, p. 12-3.

inúmeras representações diferentes sobre um mesmo ponto: “Nenhuma dessas múltiplas representações pode jamais pretender ser mais adequada ou epistemologicamente superior a todas as outras”.⁷ A historicização de amplas camadas da realidade, acompanhadas do processo de narrativização, responde a essa crise de consciência provocada pela multiplicação das representações. Ao serem colocadas no interior de uma narrativa histórica diacrônica, essas diferenças são explicadas como momentos evolutivos de uma mesma identidade. O indivíduo pode assumir o papel de sujeito de sua própria história, sobrecregendo-se com as demandas por transformação e realização de um futuro utopicamente constituído. Em resumo, funda-se o que Gumbrecht tem chamado do *cronotopo* “tempo histórico”.

O terceiro momento, denominado alta-modernidade, teria lugar com as vanguardas de início do século XX, que consolidaram na compreensão geral a noção do moderno como constante auto-superação. Os resultados da multiplicação das representações parece agora extrapolar as soluções produzidas pelo processo de historicização, são visíveis os primeiros sintomas de erosão do campo hermenêutico aberto na primeira modernidade:

Em vez de tentarem (como fez Balzac) preservar a possibilidade de representação, em vez de apontarem para os problemas crescentes com o princípio da representabilidade (a principal preocupação de Flaubert), os surrealistas e os dadaístas, os futuristas e os criacionistas - ao menos nos seus manifestos - se tornaram cada vez mais decididos a romper com a função da representação.⁸

A alta-modernidade esteve sempre as voltas com os paradoxos do legado deixado pelo *cronotopo* “tempo histórico” ao caracterizar o tempo moderno como uma constante auto-superação e inovação. Finalmente, no final do século XX, Gumbrecht identifica aquilo que chama de pós-modernidade, cujos vagos sintomas eram apontados na “onda nostálgica”. O momento presente apontaria para a anulação dos efeitos acumulados pelas sucessivas cascatas de modernidade. O campo hermenêutico, o “tempo histórico”, a aceleração do tempo, e as respostas tradicionais à “crise da representação” teriam seus efeitos sobre o presente profundamente relativizados.

Com a passagem para as sociedades pós-industriais e a crise das últimas filosofias da história, nossa relação com o futuro se inverte. Se na cultura histórica moderna o futuro é o lugar onde se busca a ampliação dos modelos para atuação no presente; nas últimas décadas o futuro estreita-se, esvaziando-se de utopias políticas, agora revertidas na insegurança geral produzida pelo novas regras de um mundo do trabalho ultraflexibilizado ou

7 Idem, P. 14.

8 Idem, p. 19.

por um modelo de desenvolvimento mundial que parece levar ao desastre ambiental. Também a relação com o passado torna-se diferente, a vaga cultura nostálgica transforma-se em um *desejo de viver no passado*, embora não mais o passado profundo da cultura histórica, mas um tipo de passado superficial, caracterizado por sua materialidade e possibilidades de usos em cenários de simultaneidade de referências. O tempo não mais figura como um agente absoluto e suficiente de mudança e transformação: “[...] o futuro não se apresenta como um horizonte a ser moldado e determinado no presente, se o temor de consequências não-planejadas pesa mais que a escolha racional, então a destemporalização neutraliza - ou pelo menos enfraquece - aquele aspecto de ação que o papel do sujeito assimilou ao longo do século XVIII”.⁹

Essa descrição do tempo presente trás profundas consequências para o entendimento da historiografia, tanto em suas funções quanto em sua história. Em seu formato moderno, a escrita da história foi o grande produto e a grande produtora do *cronotopo* “tempo histórico”. Ao contrário de outros teóricos da “pós-modernidade” que apontavam para o enfraquecimento da cultura histórica, sem, muitas vezes, propor que tipo de história poderia então ser produzido, Gumbrecht irá enfrentar o desafio de escrever uma história capaz de anular os efeitos acumulados da modernidade.

2. História e simultaneidade

As conclusões que Gumbrecht extrai de seu relato dos tempos modernos para a historiografia podem ser resumidas na pergunta: “O que podemos fazer com o nosso conhecimento sobre o passado quando abandonamos a esperança de ‘aprender com a História’[...]?”.¹⁰ O esgotamento do *cronotopo* “tempo histórico” deveria levar à revisão das pretensões didático-pragmáticas das narrativas históricas, no entanto, isso não significa dizer que nosso conhecimento sobre o passado está em questão, pelo contrário, é possível mesmo identificar um progresso contínuo na quantidade e qualidade desse conhecimento, o problema é saber o quê podemos fazer com ele.

Ao escrever *Em 1926*, que caracteriza como um ensaio de simultaneidade histórica, Gumbrecht procurou responder à crise da escrita historiográfica moderna, tal como a obra da geração de autores como White, Rorty, Koselleck, Lyotard, entre outros, ajudaram caracterizar ao longo dos anos 70 e 80 deste século. Elementos tradicionais como a narrativa, um sujeito interpretante produtor de explicações e recortes históricos justificados são conscientemente abandonados por Gumbrecht. O livro está organizado em 51 verbetes divididos em três seções. Cada verbete pode ser lido como

9 Idem, p. 23.

10 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 13.

uma peça isolada, no entanto, referências centrais repetem-se e desenvolvem-se ao longo de todo o texto, de modo que para se realizar o efeito de “apresentação” é preciso uma leitura intensa a ponto de familiarizar o leitor com esses mundos da vida e seus códigos.

Não há no projeto de Gumbrecht qualquer esforço para tornar etnograficamente exótico esses mundos, muito pelo contrário, o trabalho é o de aproximar o leitor, o que uma simples descrição cotidiana não realizaria. Por isso, a tentativa de conectar leitor e época apresentada através do recurso a um repertório de questões universais como transcendência, finitude e authenticidade, que aparecem trançadas nos temas quotidianos. Os fenômenos são divididos em duas grandes categorias, fenômenos materiais, tratados como superfícies, e visões de mundo, atingidas através da descrição de conceitos dominantes.

A escolha do ano é afirmada como aleatória, o que não significa que não seja possível especular sobre motivos autorais, mas isso não afetaria a legitimidade da escolha. O leitor é orientado a começar o livro de qualquer uma das entradas, no final das quais encontra referências cruzadas que permitem uma leitura em cascata que configura vários percursos possíveis. Por exemplo, na seção dispositivos, ao final do verbete “tourada” encontram-se remissões a “assassinato”, “montanhismo”, “autenticidade versus artificialidade”, entre outros. O uso documental é o mais variado possível, com certa predominância da literatura. No verbete citado encontram-se fragmentos de romances de Hemingway, Güiraldes, D. H. Lawrence, entre outros, mas também matérias de jornais e revistas, diários, filmes e manifestos políticos. O que unifica o uso da documentação é o fato de terem sido produzidas no ano de 1926. No entanto, a diversidade das fontes não converte o texto num simples repositório de curiosidades, um firme propósito analítico costura as referências em direção ao esclarecimento da fixação daquele mundo pela associação tourada e tragédia: “De Hollywood a Berlim, conceitos como ‘desejo pela vida’ e ‘tragédia’ invariavelmente se associam à Espanha, e as referências a eles terminam freqüentemente com evocações de touradas”.¹¹ Na busca do esclarecimento da questão emerge o problema dos desejos de transcendência, um dos códigos centrais do livro e objeto de reflexão constante na obra de Gumbrecht: “A tourada inspira o temor de um ritual religioso porque ela promete tornar presentes objetos de experiência transcendental. Espera-se que a morte e o desejo se tornem visíveis”.¹²

O critério aparentemente formal de limitar o repertório de fontes ao ano de 1926 assume funções estruturais no projeto. Qualquer tentativa de buscar as origens dos conceitos ou materialidades descritas produziria uma

11 GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*, p. 272.

12 *Idem*, 276.

narrativa diacrônica e, logo, explicações históricas fundadas nos repertórios interpretativos profundos do “campo hermenêutico”. Esse simples procedimento instaura outro tipo de representação, que o autor prefere chamar “apresentação”, na medida em que esses mundos históricos são evocados em sua superficialidade e concretude, produzindo no leitor não um distanciamento em profundidade histórica, mas efeitos de simultaneidade. Assim, o desejo manifesto do livro é “fazer pelo menos alguns leitores esquecerem, durante o processo de leitura, que eles não estão vivendo em 1926. Em outras palavras: evocar alguns dos mundos de 1926, re-presentá-los, no sentido de torná-los novamente presentes”.¹³

Para atingir esse objetivo Gumbrecht utiliza-se de todo o aparato de erudição desenvolvido pela historiografia moderna, o livro, aliás, parte do pressuposto que graças aos avanços do conhecimento histórico nos últimos vinte anos tornou-se possível produzir um sensação de viver no passado. Portanto, o caráter referencial de todo o material apresentado é central para o projeto, é preciso acreditar que tais coisas realmente aconteceram, o que o diferencia radicalmente de qualquer tentativa de reconstrução ficcional do passado.

Para Gumbrecht, o projeto de uma historiografia capaz de produzir efeitos de simultaneidade responde a um desejo existencial de transcender o nascimento em direção ao mundo dos mortos. Esse desejo de viver no passado, em grande parte sufocado pela obsessão com o futuro e com os projetos utópicos da modernidade, é liberado quando o futuro é esvaziado de seu caráter emancipador. O esgotamento da modernidade parece acontecer quando seu impulso historicizante volta-se contra si mesmo, ou seja, acreditar que o tempo é produtor natural de transformações frente as quais não podemos deixar de reagir já não pode ser considerado um traço trans-histórico da condição humana.

3. Uma historiografia da presença

Em “production of presence”, Gumbrecht procura demonstrar que essa vontade de tocar o passado é uma característica antropológica, reveladora de nosso desejo de transcendência. Como tal, esse impulso esteve presente em todas as sociedades conhecidas, mas na modernidade foi reprimida pela ‘visão-de-mundo cartesiana’, pelo campo hermenêutico ou pela hegemonia de uma “cultura de sentido”.¹⁴

13 Idem, p. 10.

14 O próprio Gumbrecht tem exemplos da produtividade dessa compreensão antropológica do tempo histórico, para citar apenas um particularmente importante, pois aplicado ao mundo ibérico, ver Hans Ulrich Gumbrecht. “Cosmological time and the impossibility of closure: a structural element in Spanish Golden Age narratives. In Marina S. Brownlee & Hans Ulrich Gumbrecht. *Cultural Authority in Golden Age Spain*. Baltimore, London: The John Hopkins University Press, 1995, pp. 304-321.

Em vários momentos do livro Gumbrecht destaca que não há cultura puramente de “sentido” ou de “presença”, estes dois elementos estão sempre atuantes em maior ou menor grau, e ainda, a preponderância do sentido produz uma nostalgia das práticas de presença: “[...] all cultures and cultural objects can be analyzed as configurations of both meaning effects and presence effects, although theis different semantics of self-description often accentuate exclusively one or the other side”.¹⁵

Essa releitura da associação entre historiografia moderna, consciência histórica e modernidade permite, por sua vez, repensar a própria história da historiografia. Gostaria de tomar a afirmação de Gumbrecht de que os aspectos sensuais da realidade histórica foram reprimidos como uma orientação para entender a história da historiografia. Algumas revisões dessa história parecem receber iluminação adicional a partir dessa formulação. Por exemplo, a reflexão de Arnaldo Momigliano sobre o lugar da tradição antiquária na história da historiografia ressalta uma espécie de cisão original no campo.¹⁶ Quando Tucídides publicou sua história da Guerra do Peloponeso afastando da narrativa do historiador tudo aquilo que pode ser classificado como um interesse onívo e sensual pela realidade do passado, que marca a obra de Heródoto, surge, também, a primeira grande afirmação da necessidade de se *aprender com a história*.

Em Heródoto, a motivação central de não deixar perecer a memória dos feitos de gregos e bárbaros é congruente com o desejo de *não perder o contato com os mortos*. Em sua História, a substancialidade do passado é cultuada, sem um sujeito forte manipulá-lo em busca de lições. A celebração do relato oral em Heródoto lembra os efeitos de presença que as histórias contadas produzem no ouvinte, o efeito de um passado que nos penetra como memória.¹⁷ Já em Tucídides, o primado da política impõe para a história a tarefa de potencializar a ação. Em termos do vocabulário proposto por Gumbrecht, teríamos de um lado uma historiografia da quietude, que se regala com o que lhe ultrapassa, e de outro uma historiografia da ação, que já torna central o desvelamento do significado do discurso e as técnicas para garantir sua correta interpretação.

A partir dessa ruptura fundadora imposta por Tucídides, Momigliano acompanha o desenvolvimento paralelo desses especialistas na materialidade do passado, colecionadores de moedas, manuscritos, pouco interessados em “aprender com a história”, mas ansiosos por guardar qualquer vestígio material deixado pelos mortos.

15 Hans Ulrich Gumbrecht. *Production of Presence*, p. 19.

16 MOMIGLIANI, Arnaldo. “O surgimento da pesquisa antiquária” In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, pp. 85-118.

17 Cf. MOMIGLIANI, Arnaldo. “A tradição herodoteana e tucídideana”. In: *As raízes clássicas da historiografia moderna*, pp. 53-83.

Essa divisão, que perpassou toda a Antigüidade, é reforçada durante o Renascimento. A grande história, a *historia magistra vitae*, que deveria ensinar e ser redigida no estilo elevado da tradição clássica, não se confunde com esse desejo material pelo passado. O sentido da singularidade do passado pode inclusive estar mais presente nos eruditos e antiquários, muitos dedicados à pequena história de sua localidade ou cidade, e que constituem as técnicas de erudição — muitas delas fundadas na análise do suporte material, nas mídias que carregam o documento. Essas técnicas ajudaram a constituir a disciplina histórica como hoje se conhece.

Outra diferença entre a pesquisa antiquária e a historiográfica, evidente desde a antiguidade, é o fato de a primeira ser sistemática, espacial e, porque não dizer, preocupada em produzir certa simultaneidade de objetos — como em uma coleção de moedas —, enquanto a segunda ser predominantemente diacrônica. A estrutura expositiva de “Em 1926” está certamente mais próxima das grandes coleções eruditas do que da narrativa histórica moderna. O leitor é convidado a entrar nos mundos quotidianos de 1926 da mesma forma que entraria em um gabinete antiquário. Outro elemento da pesquisa erudita que dialoga com o projeto historiográfico de Gumbrecht é sua dimensão lúdica. Como afirma Momigliano: “um elemento de jogo e de passatempo foi intrínseco à erudição desde o seu início”.¹⁸

A visão-de-mundo cartesiana contribui para a desqualificação do trabalho erudito. Nenhum conhecimento verdadeiro poderia ser produzido com as mãos sujas. Ao mesmo tempo, um novo caminho começava a se abrir para a grande história clássica. Certamente o trabalho dos eruditos contribuiu para o descrédito do modelo da história mestra da vida e da possibilidade de se aprender com o exemplo, pois o passado que reconstituíam não combinava com as visões esquemáticas necessárias a uma história moralizante. No entanto, o interesse pela história não poderia ser relegado a esse levantamento infinito dos fatos, o surgimento das filosofias da história abriu uma nova possibilidade de se aprender com o passado. As histórias exemplares deixam a cena e um novo campo de experiência se abre, o passado como processo contínuo, a história como uma evolução linear cujo sentido pode ser descoberto e aplicado como guia para as ações do presente. Como destaca Momigliano, referindo-se em especial aos *Philosophes*, essa nova forma de aprender com a história procurou manter as mãos limpas. Identificar essas leis do movimento histórico não significava levantar o passado em sua materialidade, mas selecionar aqueles fatos “realmente” históricos que podem indicar a direção desse movimento. O fato histórico é tornado fragmento simbólico de um movimento que o ultrapassa. Não é estranho que o retorno à Tucídides e sua celebração

18 MOMIGLIANO, Arnaldo. “O surgimento da pesquisa antiquária”, p. 97.

como modelo do historiador filósofo tenha acontecido justamente a partir da segunda metade do século XVIII.

Mas a constituição das filosofias da história não é o último capítulo da história da historiografia moderna, mesmo que se possa admitir que seja ainda sua condição de possibilidade. Os esforços realizados pelo jovem Ranke para constituir a disciplina histórica como um campo autônomo, tanto em relação ao romance, quanto, e principalmente, em relação às filosofias da história, parece demonstrar a tensão original do campo que aqui se procurou identificar em seu momento grego. Estudar os fatos “como eles realmente aconteceram” era um desafio lançado a todo tipo de uso pragmático a que a história estava aberta. Claro que é possível especular sobre a existência de uma filosofia da história velada na historiografia de Ranke, ou sobre o apelo central de sua crença na existência de uma providência organizadora do processo histórico que se revela unicamente nos fatos, mas o fundamental é que esse movimento permitiu a historiografia submergir nos arquivos, celebrar os acontecimentos históricos como coisas dignas de interesse independentemente de sua utilidade pragmática.

O rompimento com o romance histórico de Walter Scott não significava necessariamente o abandono do desejo juvenil de tocar os mundos quotidianos do passado, significou também a possibilidade de tornar esse contato mais intenso, sentimento que a experiência central do contato direto com os arquivos e fontes primárias, tão profusamente referida nos textos de Ranke, parecia reforçar. Essa exibição dos documentos tem sido sempre interpretada apenas como índice de autoridade discursiva, mas é certamente também o reflexo de uma experiência existencial fundadora. Vale sempre lembrar que o uso sistemático da documentação é uma característica que a historiografia moderna herdou da tradição antiquária, a grande historiografia clássica consideraria essa ênfase de mal gosto. Esse prazer pelo documento, que exige do historiador moderno um enorme esforço para se ater ao fio cronológico da narrativa, parece indicar essa nostalgia do contato com o mundo que é o contraponto às culturas de sentido. Muito se pode especular sobre os descaminhos dessa intuição original na institucionalização da historiografia ao longo do século XIX, sua convergência com os projetos de Estado, a sedução da justificação pragmática de ser produção de explicações do presente e guia para a ação futura, mas certamente ela não foi eliminada da vocação do historiador.

Mas não é difícil perceber que essa orientação não foi nem hegemônica nem a única responsável pela celebração da consciência histórica no século XIX. A recomposição das filosofias da história em seus formatos científicos na segunda metade do século, bem como seu desenvolvimento como “ciência social” ao longo do século XX, entronizou a concepção de uma historiografia a serviço da produção de leis históricas. Se esse desejo não pode explicar a totalidade do projeto dos Annales, ajuda pelo menos

a entender sua ênfase em uma historiografia que partisse dos problemas do presente em direção ao passado — um programa que poderia ter sido formulado por Tucídides.

O fato é que a legitimação social da prática historiográfica rendeu-se ao domínio das filosofias da história, mesmo que disfarçada algumas vezes de uma “história ciência social”. Não significa que a nostalgia de uma história restauradora dos mundos quotidianos não possa ser identificada nos projetos historiográficos mais comprometidos com uma história pedagógica. Essa tensão parece ter se aprofundado progressivamente, como, por exemplo, na insistência de Braudel num projeto de uma história total que recuperasse o “movimento da vida”. Ao abdicar de parte do peso do projeto de uma história explicativa, a terceira geração dos Annales pôde abrir o campo historiográfico francês para todo o tipo de reconstrução dos mundos quotidianos,¹⁹ uma historiografia que os marxistas de então caracterizaram de inútil, pitoresca, ou, simplesmente, perfumaria. O estrondoso sucesso midiático dessa historiografia é sintoma dessa crise do *cronótopo* “consciência histórica” de que fala Gumbrecht.

A convivência complexa dessas duas formas de lidar com o passado ao longo da história da historiografia parece demonstrar que não é tarefa fácil estabelecer os modos possíveis de relacionar os tipos “cultura de sentido” e “cultura de presença”. Do ponto de vista da relação antropológica com o tempo, Gumbrecht vem sempre referindo ao desejo de eternidade que explicaria o esforço por transcender o nascimento em direção ao passado, e a morte em direção ao futuro. Se nos primeiros ensaios esses dois caminhos pareciam ainda não completamente singularizados,²⁰ pode-se observar a tendência na reflexão de Gumbrecht de destacar a questão da transcendência do nascimento das análises fenomenológicas disponíveis. Os resultados concretos dessa escolha são profundamente distintos e capazes de operar a cisão estrutural entre produção de sentido e produção de presença.

Heidegger formulou muito claramente a ligação entre a antecipação da morte e a possibilidade do *Dasein* lançar-se em projeto. O sentido dado por essa antecipação permite a concentração temporal de passado, presente e futuro que constitui a condição de possibilidade da ação e do sentimento de aceleração do tempo que caracteriza a modernidade. O que não estava claro no Heidegger de “Ser e Tempo” é a possibilidade do contato com o mundo se dar não por uma decisão pelo modo de vida autêntico, mas, como afirma Gumbrecht, pelo deixar-se levar, pela quietude e desa-

19 Os aspectos nostálgicos e contemplativos da historiografia da “nova história” foram largamente desenvolvidos por José Carlos Reis em “*Nouvelle histoire* e evasão do tempo” In: REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão* pp. 165-190.

20 Refiro-me aqui aos ensaios “After learnig from history”, em Hans Ulrich Gumbrecht. *In 1926: living at the edge of time*, e “Historicizing things”, em Hans Ulrich Gumbrecht. *The Powers of Philology*, pp. 54-67.

celeração que caracteriza a transcendência do nascimento em direção ao passado. Trata-se, em ambos os casos, de um processo de historicização? No caso das narrativas historiográficas os objetos do passado são retirados de suas funções pragmáticas, sem dúvida, mas reinseridos na realidade como índices de uma dada época histórica. Remontar essa época através desse objeto requer do leitor um esforço interpretativo. Esforço totalmente diverso requer a relação com o objeto enquanto fragmento não simbólico do passado, não se trata de produzir um sentido de distância, mas justamente sua dissolução pela experiência da força substancial do objeto que é apresentado. Essa constatação permite pensar em uma história dos processos de historicização que não coincidem linear e triunfalmente no *cronótopo* consciência histórica.

Como entender de outra forma fenômenos como as transformações nas políticas de preservação do patrimônio histórico ocorridas nos últimos trinta anos. Já não parece suficiente preservar um edifício histórico que represente uma época passada distante, tornando-se símbolo daquele mundo desaparecido. As práticas de preservação apontam para a vontade de reconstituir certos ambientes históricos, não apenas prédios de valor excepcional, mas toda a malha urbana de alguma cidade que se deseja congelar no tempo. Quem já teve a experiência de viver ou visitar de modo mais intenso alguma dessas cidades-museus, sabe do desejo quase incontrolável de querer restaurar mais e mais aspectos da vida “original” desses centros urbanos. Além das malhas urbanas e inclusive paisagens geográficas inteiras, pretende-se hoje preservar aquilo que é intangível e imaterial, as tradições populares, os processos “tradicionais” de fabricação e outras infinitas manifestações.²¹ Claro que já não se trata apenas de um simbolização da identidade nacional ou coletiva através da eleição de objetos, mas da resposta a um desejo de viver no passado.

O que garantiu ao projeto moderno seu caráter obrigatório, a ponto de indivíduos e nações sentirem-se envergonhados por não possuírem todos os adjetivos éticos e estéticos do ser moderno, foi a promessa de que a entrega ao projeto significaria a realização dos desejos de eternidade, seja pela tecnologias produzidas pela ciência, seja pela identificação com um movimento da própria realidade histórica cujos limites coincidiam com a totalidade do real.

O que Gumbrecht aponta em “*production of presence*” é que não se trata mais de repudiar ou tentar superar a modernidade — gesto afinal tão moderno —, mas que também não se pode tomar a auto-consciência moderna como uma descrição acurada dessa história. Se para os modernos a história do ocidente foi a da desmaterialização do mundo e da perda

²¹ Cf. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. *O registro do patrimônio Imaterial: dossier final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília, 2003.

progressiva de resistência de suas substâncias pela ação de um sujeito solar, o que o postulado da oscilação estrutural entre presença e sentido sugere é que essa linearidade não passa de uma auto-imagem parcial. A história moderna não coincide com sua auto-consciência. Foi o que procurei demonstrar no precário relato da história da historiografia apresentado acima. No lugar de uma progressão em direção a uma história científicamente abstrata, o que se pode ver é o constante entrecruzamento entre o desejo de transcender a morte em direção ao futuro e o de transcendê-la em direção ao passado.

Se o efeito de presença é sempre um acontecer, cabe pensar na produtividade dessas epifanias nos mundos quotidianos. Talvez a intuição de Agaton de que o que “aconteceu nem mesmo um deus pode mudar” sinalize a força ontológica do acontecimento e as suas possibilidades para uma historiografia capaz de explorar a estabilidade, ou quietude, desse mundo dos mortos que queremos tocar.

BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, Valdei Lopes de. *A Experiência do Tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Tese de doutorado, 2003.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Making Sense in Life and Literature*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.
- _____. “A Farewell to Interpretation”. In Hans Ulrich Gumbrecht & K. Ludwig Pfeiffer (eds.). *Materialities of Communication*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- _____. *In 1926: Living at the Edge of Time*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- _____. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- _____. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- _____. *The Powers of Philology: Dynamics of Textual Scholarship*. Chicago: University of Illinois Press, 2003.
- _____. *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich & Brownlee, Marina S. *Cultural Authority in Golden Age Spain*. Baltimore, London: The John Hopkins University Press, 1995.
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *O registro do patrimônio Imaterial*: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília, 2003.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- ROCHA, João Cezar de Castro. “Nenhum Brasil Existe: poesia como história cultural”. In _____. (Org.) *Nenhum Brasil Existe: pequena encyclopédia*. Rio de Janeiro: TopBooks/UERJ, 2003, pp. 17-32.